

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial



UM CONTEXTO CERÂMICO E VÍTREO DA PRIMEIRA METADE DO SÉC. III D.C. DO PALÁCIO DOS CONDES DE PENAFIEL (LISBOA)

Raquel Guimarães¹, Rodrigo Banha da Silva²

RESUMO

Uma extensa escavação arqueológica municipal teve lugar nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel (Lisboa), entre 1992 e 1993. O conhecimento actual do urbanismo romano de *Olisipo* situa esta área nas traseiras das *Thermae Cassiorum*, o grande edifício público para banhos da cidade, cuja construção os dados mais recentes remetem para o lapso Flávios-Trajano (SILVA, 2012). O local revelou uma sequência estratigráfica somente iniciada no período júlio-cláudio, equivalente a uma sucessão de depósitos detríticos urbanos, prática que ali se prolongou até à Antiguidade Tardia (SILVA e DE MAN, 2013).

Entre as unidades identificadas, o contexto «Q.15/Cam.20» revelou um extenso e diversificado conjunto de materiais vítreos e cerâmicos (*sigillata*, lucernas, terracota, ânforas, cerâmicas comuns, ...), infelizmente muito fragmentado, onde se deverá destacar a presença de 103 fragmentos de *terra sigillata* clara africana, acompanhada por um único fundo hispânico oriundo de Andújar e um outro sudgálico. Os fabricos norte africanos A eram exclusivos, tendo sido identificadas as formas Hayes 9B, 14B, 16, e, maioritárias, as Hayes 14A e 27. A representatividade e morfologias remetem a formação deposicional para uma data dentro da primeira metade do séc. III d.C. O conjunto assoma, portanto, como um valioso contributo para a definição do perfil vítreo e cerâmico de Lisboa naquele período.

Palavras-chave: Lisboa, Arqueologia Urbana, Arqueologia Romana, Cerâmica Romana, Vidro Romano, Comércio Romano.

ABSTRACT

An vast urban excavation took place in 1992-1993 in the gardens of Penafiel Counts Palace, in the slope hill of Lisbon's St. Jorge's Castle. Present readings on roman town of *Olisipo*'s urbanism place the site behind *Thermae Cassiorum*, a monumental baths building built during Flavian-Trajan times, according to more recent investigation (Silva, 2012). The site itself revealed a strata sequence of successive depositional layers initiated during Julio-Claudian period, the result of urban garbage discard that lasted until Late Antiquity (SILVA e DE MAN, 2013).

Amongst the various S.U., context «Q.15/Cam.20», a shallow oval pit, displayed a numerous and diversified set of pottery (*sigillata*, oil lamps, terracota, amphorae, coarse wares...) and glass, unhappily very fragmentary. One has to emphasize the presence of 103 sherds of *sigillata*, from which only one south-gaulish and another south hispanic, from Andújar, the remaining being ARSW A only. North African fabrics correspond to forms Hayes 9B, 14 B, 14/17, with a largely prevalence of Hayes 14A and 27. Therefore, the context was likely formed in the first half of 3d century AD. For that reason, the set arises as a valuable contribution to the definition of Lisbon's glass and pottery *facies* in that period.

Keywords: Lisbon, Roman Archaeology, Roman Pottery, Roman Glass, Urban Archaeology, Roman Commerce.

1. FCSH – UNL; ras.guimaraes95@gmail.com

2. CHAM – FCSH – UNL e UAç e CAL – DPC – CML; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

1. PREÂMBULO

Em Lisboa, a transferência do Ministério das Obras Públicas das suas instalações do Terreiro do Paço para a zona da Colina do Castelo, processo que se iniciou em 1991, trouxe consequências para o património arqueológico da cidade, ao ter implicado a reformulação e/ou adaptação de um conjunto de imóveis situado entre as ruas de São Mamede ao Caldas, das Pedras Negras, a Travessa do Almada e a Calçada do Correio Velho.

Os trabalhos arqueológicos foram inicialmente despoletados pela detecção da afectação do subsolo provocada pela abertura de diversas sondagens geotécnicas em poço nos pisos térreos dos três edifícios contíguos confinantes pelo lado ocidental com a Travessa do Almada (DIOGO, 1991): neles se identificariam depois, entre 1991 e 1998, os vestígios densos de uma ocupação do espaço quase contínua entre o séc. XVIII e os meados do séc. I d.C. e, a partir do episódio se construiu uma estreita relação entre a extinta Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.), que tinha a seu cargo a condução do projecto, e o extinto Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa-CML (G.T.T.R.L.), responsável pelas escavações. Por esta razão, quando o vizinho quarteirão equivalente ao Palácio dos Condes de Penafiel iniciou os trabalhos preparatórios para a sua adaptação a sede do Ministério das Obras Públicas, a necessidade da construção de um piso de estacionamento subterrâneo no espaço do jardim, localizados no quadrante NE do conjunto, implicou a execução de uma escavação arqueológica preventiva, prévia, cometida pela D.G.E.M.N. ao G.T.T.R.L. com o consentimento do extinto Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural. Como aconteceria em todas as intervenções do organismo municipal, a direcção científica dos trabalhos foi da responsabilidade exclusiva de António Dias Diogo.

O local proporcionou uma mal conhecida riqueza informativa, muito condicionada hoje pela inacessibilidade dos registos descritivos e gráficos produzidos na escavação a expensas da Câmara Municipal de Lisboa. De facto, nos organismos públicos (DGPC e CAL-CML) se conservam somente os registos das indicações contextuais de proveniência, associados aos materiais (Figura 1).

2. ASPECTOS GENÉRICOS SOBRE A ESCAVAÇÃO DO PALÁCIO DOS CONDES DE PENAFIEL 1992-1993 E O SEU CONTEXTO «Q. 15/CAMADA 20»

A escavação dos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel decorreu entre Março de 1992 e Fevereiro de 1993 sob a forma de escavação preventiva, executada em exclusivo por meios manuais, tendo no final assumido a forma de “acompanhamento”, com o rebaixamento das áreas destinadas à implantação dos pilares feita já com recurso a meios mecânicos.

A intervenção foi executada mediante a implantação de uma malha quariculada de 5 m x 5 m, ordenada numericamente “este-oeste” e “sul-norte”, a partir do vértice SE da superfície interna delimitada pelos muros de fachada do jardim. Deste modo se definiram 16 quadrículas totais ou parciais. Os trabalhos procuraram desmontar as camadas mediante os seus limites naturais, tendo-se procurado numerá-las sequencialmente na ordem inversa à da sua formação, no interior de cada quadrícula. Foram na altura produzidos os levantamentos gerais de planta, alçados pontuais de estruturas e perfis estratigráficos das quadrículas ou do interior de estruturas negativas (fossas e silos). Não fôra a dispensa da utilização de banquetas no processo, como a formulação de novas sequências de camadas nos quadrantes de quadrícula nomeados por letras na segunda fase dos trabalhos, desenvolvida já em 1993, e tratar-se-ia de um exemplo clássico da aplicação dos princípios metodológicos preconizados por Wheeler em 1957 (HARRIS, 1991).

Seguindo esta metodologia, um dos autores (RBS) escavou à época, na “Quadrícula 15”, uma estrutura negativa pouco profunda, com o formato de calote esférica, afectada pelo seu lado meridional pela implantação de um muro de Época Moderna. A dita estrutura encontrava-se preenchida pela “Camada 20”, unidade equivalente a um depósito castanho muito escuro, muito carbonatado e inchado de pequenos carvões, que revelou elevada quantidade de cerâmica muito fragmentária, alguns fragmentos de vidro, raros metais (ferro) e escassos restos faunísticos.

O contexto fora cerceado no topo por depósitos um pouco posteriores, de matriz arenosa e/ou argilosa, mostrando colorações variáveis na gama dos esverdeados e acinzentados. A fossa, por seu turno, cortou outros depósitos com aquela mesma matriz, mas de tonalidades predominantemente esverdeadas.

das, assentes nas margas de base com a mesma cor (Figura 2).

Toda a área intervencionada mostrou, nas zonas onde a escavação atingiu os níveis geológicos (Q.s 3, 7, 9, 13, 14), a existência de uma pendente oblíqua de sentido “NE-SO”. Assentando sobre este substrato, as primeiras camadas antrópicas (depósitos) revelaram em associação *sigillata* itálica e sudgálica (SILVA, 2012), pelo que, em função dos conhecimentos actuais sobre os ritmos de importação desta categoria cerâmica em *Olisipo*, não deverão remontar a um período anterior a momentos avançados do principado de Tibério, pelo mais (SILVA, 2012).

Toda a área escavada, que perfazia cerca de 450 m², mostrou uma generalizada ausência de estruturas de Época Romana, à excepção de um “muro de contenção”, que se mantém preservado e visível *in loco*. Tanto quanto se pode induzir pelos escassos registos conservados, o local equivale a uma zona de acumulação de despejos detriticos urbanos, formados sucessivamente ao longo de um espaço de tempo alargado, como se viu antes, iniciado no séc. I d.C., e que tem o seu epílogo no século VI d.C., conforme já foi antes divulgado (SILVA e DE MAN, 2013). Este tipo de realidades do local constitui a continuação daquelas, entretanto publicadas por José Carlos Quaresma das Escadinhas de São Crispim (QUARESMA, no prelo), local fronteiro ao Palácio dos Condes de Penafiel para norte. Por esta razão entrevê-se a existência em Lisboa de uma zona da cidade romana com clara afinidade com outras áreas vastas destinadas aos despejos detriticos, conhecidas noutras cidades da Hispânia (REMOLLÁ e ACERO, 2011) (Figura 3).

3. O CONJUNTO CERÂMICO E VÍTREO DO CONTEXTO «Q.15/CAM.20» DO PALÁCIO DOS CONDES DE PENAFIEL

A amostragem global do contexto em estudo equivale a 328 (NMI), distribuídos por vidro (3,05% total), *sigillata* e “cerâmica africana de cozinha” (24,21%), lucernas e uma terracota (2,42%), ânforas (8,2%), equivalendo o remanescente a cerâmicas comuns (62,12%), das quais somente 0,91% são importações itálicas e uma emeritense

Na sua composição ficou evidenciada a predominância, expectável, da cerâmica comum e do material anfórico local/regional sobre as restantes classes cerâmicas e os vidros. Ainda assim assume significado o peso assumido pelas cerâmicas oriundas da

actual Tunísia (*sigillata* clara africana A, “cerâmica africana de cozinha” e ânforas), que assumem um significativo peso de 24,51 % do conjunto global, traduzindo quadros marco económicos bem conhecidos (QUARESMA, 2009).

3.1. Vidros (Figura 4)

O conjunto de vidros do contexto, homogéneo, equivale a 10 NMI, onde se contam dois fragmentos de vidraça de vidro translúcido ligeiramente tingido de verde claro, uma parede de garrafa no mesmo fabrico e fundos de dois outros distintos recipientes inclassificáveis, em vidro translúcido incolor, com algumas (poucas) bolhas de ar.

A morfologia mais representada é a AR98 1/I, que Beat Rütli situa entre o segundo quarto a meados do séc. II d.C. e o fim do séc. III d.C. (RÜTTI, 1991: 96), que conta com uma taça de perfil completo restituível, dois outros bordos e dois fundos (3NMI), em vidro incolor ou ligeiramente tingido de verde claro. Como classificáveis acompanham a forma mais representada um fundo de copa em vidro verde azulado translúcido tipo do AR.101, situável entre finais do séc. II d.C. e os meados do séc. III d.C. (Idem: 99), e um bordo em vidro transparente incolor do tipo Isings 42a=AR.80.I, de mais amplo espectro cronológico, de Nero/Flávios até ao séc. III d.C. (Idem: 85).

3.2. Terra Sigillata Clara Africana (Figura 4)

Relativamente à *terra sigillata* contamos com a esmagadora maioria das produções africanas do Norte da actual Tunísia. Todos os indivíduos pertencem ao fabrico A.

A forma mais antiga do conjunto é a Hayes 9B (1 NMI), cronologicamente situada entre os meados do século II d.C. e o primeiro quartel do século III (HAYES, 1972: 35). O tipo mais abundante é a Hayes 27, tipo de prato de bordo levemente invertido e fundo de pé baixo anelar, com a presença de 26 NMI neste contexto. A este segue-se a forma Hayes 14, com 20 NMI exumados (14A=13 NMI; 14B=2 NMI). De referir ainda a presença de 10 indivíduos de fundos com pé anelar, que poderão pertencer às formas Hayes 14 ou 16 e que, portanto, foram tratados como Hayes 14/16.

O grosso do conjunto apresenta cronologias compreendidas entre os meados/finais do século II d.C. até aos meados do século III d.C., pelo mais. Deste modo, e sendo as cronologias de produção da forma Hayes 27 de entre 160 d.C. e 220 d.C. (HAYES, 1972:

51), as da 14A e 16 de fim do séc. II d.C. e inícios do séc. III d.C. (BONIFAY, 2004: 159) e da 14 B com probabilidade da primeira metade do séc. III d.C. (Idem) A incidência das datas é, portanto, indicativa de se tratar de um contexto da primeira metade do séc. III d.C., com alta probabilidade ainda dentro do período Severo.

3.3. Cerâmica Africana de Cozinha (CAfC)

(Figura 5)

A CAfC faz-se representar através de 16 NMI. Nestes, a forma Hayes 197 é prevalente, com 6 indivíduos (NMI), estando presentes as formas Hayes 196, 195, esta nas variantes clássicas e tardia, Hayes 197 e 23B/Lamb.10A.

As características de fabrico da Hayes 197, mostrando pátinas cinzentas, ou com o bordo enegrecido (categoria C/A de BONIFAY, 2004: 221 e ss.), bem como morfologias de bordo com ranhura no topo nos 4 exemplares preservando esta porção da Hayes 197, em conjunto denunciam uma origem exclusiva na actual Tunísia setentrional e cronologias centradas nos finais do séc. II d.C. e no III d.C. (Idem: 225). O exemplar único da forma 23B/Lamb.9A inscreve-se neste mesmo âmbito de datas, muito embora os parâmetros cronológicos se alarguem para um lapso entre algures dentro da primeira metade do séc. II d.C. e o séc. IV d.C. Todavia, a pouca altura do lábio está mais conforme as tendências que Michel Bonifay documentou já para o segundo quarto-meios do séc. III d.C. (BONIFAY, 2004: 211).

A Hayes 196 está, também, bem representada, com a presença de 5 indivíduos (NMI) no contexto. Estas tampas estão usualmente associadas à forma Hayes 183, embora uma utilização em conjunto com o prato Hayes 23 não possa ser totalmente descartada (BONIFAY, 2004: 225). A variante A, caracterizada pelo espessamento do bordo, preponderante neste contexto, aparenta ser posterior cronologicamente à variante B (1 NMI), começando a ser produzida a partir do período severo (Idem).

A forma Hayes 195 está representada neste contexto por dois indivíduos, um da variante clássica e outro da variante tardia. A produção da primeira variante inicia-se ainda nos finais do séc. II d.C. e estende-se até aos inícios do século III d.C. (BONIFAY, 2004: 227).

3.4. Lucernas e terracota (Figura 4)

As lucernas deste contexto apresentam-se bastante

fragmentadas, não permitindo a sua inserção numa tipologia. Constatámos, no entanto, que estão documentadas de forma equilibrada as produções regionais e africanas (3 NMI cada) e um exemplar bético com afinidade com o grupo das lucernas “mineiras” Rio Tinto-Aljustrel (1 NMI).

Neste contexto se recolheu igualmente metade de uma cabeça feminina em terracota elaborada em pasta regional, objeto de publicação recente (SILVA, 2015), a que se acrescentam dois novos fragmentos, eventualmente correspondentes a zonas do torso do mesmo objecto.

3.5. Ânforas (Figura 5)

O conjunto anfórico classificável do Palácio dos Condes de Penafiel é composto por 58 NMI. Foi-nos possível ainda aferir a proveniência de 207 fragmentos de parede. Todos os indivíduos classificáveis, com excepção de dois fragmentos, estão genericamente inseridos no período entre os meados do séc. II e os do séc. IV d.C.

Destaca-se a forte presença das produções locais/regionais dos vales do Tejo/Sado, expectável, que perfazem 63%/NMI da amostra total. As elaborações béticas apresentam-se em menor número do que as lusitanas (34%/NMI), mas apesar disto assumem um valor bastante significativo em relação às restantes produções, africanas (3 NMI), gálicas (2 NMI) e itálicas (2 NMI), que apenas apresentam 1% do conjunto anfórico.

No universo lusitano deverá enfatizar-se a predominância da forma Lusitana 3, com 42 NMI, inserida cronologicamente entre o final século I d.C. e cerca de 225-250 d.C. (QUARESMA E RAPOSO, 2016). As restantes formas lusitanas distribuem-se entre as tipologias lusitanas Keay 16 (1 NMI) e Dressel 14 (2 NMI), contando-se com a presença de um indivíduo inclassificável oriundo das olarias do Morraçal da Ajuda (Peniche).

Das importações extraprovinciais se documentaram envases para vinho (gaulês e mediterrânico central-Lipari ?), azeite (bético), pastas de peixe (Bética) e alúmen (?) (Mediterrâneo Central-Lipari), através das morfologias anfóricas Gauloise 4, Dressel 7-11, Dressel 20 e, com probabilidade, Richborough 527. A impossibilidade de classificar os três indivíduos africanos não autorizam a discriminação dos produtos respectivos neles contidos.

3.6. Cerâmica Comum

Foram inventariados 658 fragmentos de cerâmica comum, equivalentes a 203 NMI. Trata-se de um conjunto extenso, homogéneo, tratando-se sobretudo de peças utilizadas na confecção de alimentos, com especial destaque para os tachos, potes/panelas e caçarolas/pratos covos, que apresentam, na sua maioria, marcas de fogo no exterior.

3.6.1. Cerâmica Comum Itálica (Figura 5)

Atribuímos às elaborações itálicas, com reservas, um fragmento de bordo de “queimador” com decoração de bandas digitadas, que apresenta um revestimento de um engobe branco amarelado, patente noutros fabricos com aquela origem, tirrénicos.

Sem dúvidas encerram origem centro-itálica vários fragmentos do bordo e parede de um mesmo almo-fariz itálico integrável no tipo Dramont D2, que ostenta na pasta piroxenas de pequena e média dimensão, elemento que pode indicar tratar-se de produção campana. As cronologias associadas a este elemento são todavia mais recuadas, de até aos anos 60/70 do séc. II d.C. O perfil horizontalizado do bordo remete para os momentos finais da produção. Duas explicações assomam para esta presença: ou se trata de objecto a que foi prolongado o tempo de vida a uso ou, em alternativa, se deveria inscrever o elemento vascular entre os escassos indivíduos “residuais” no contexto do Palácio dos Condes de Penafiel.

3.6.2. Cerâmica Comum Emeritense

Entre o material colectado cota-se um fragmento do fundo, com pé, e arranque da copa de potinho/pucarinho em pasta branco-rosada, dura, e engobe externo alaranjado, aderente, que apresenta as características típicas das elaborações oleiras emeritenses, e que deste modo documenta a entidade dos fluxos da capital lusitana para o principal porto marítimo provincial.

3.6.3. Cerâmica comum local/regional (Figura 6)

Os recipientes mais abundantes são os potes/panelas, que receberam esta designação uma vez que, salvo algumas excepções, não nos foi possível distinguir as formas exclusivamente destinadas à confecção de alimentos das formas de armazenamento de vitualhas. Os potes/panelas do PPJ apresentam uma homogeneidade considerável do ponto de vista da sua morfologia, correspondendo na sua maioria a formas de bordo simples voltado para o exterior,

com o colo curto e pança ovóide/globular. Distinguímos os fundos destas formas entre reentrantes e não reentrantes.

Seguem-se os tachos, os *caccabus* latinos, recipientes normalmente fechados, embora possam existir peças abertas, com ou sem asas, com uma pança que pode ser esférica, ovóide ou carenada, a par de fundo plano ou convexo (SANTOS, 2011: 48). Geralmente é um recipiente proporcionalmente mais baixo do que a panela. Distinguímos duas variantes distintas no nosso contexto: A variante A abarca tachos de bordo, mais ou menos espesso, dobrado dobre o ombro, com pança tendencialmente ovóide ou arredondada. Esta forma encontra paralelos na Quinta do Rouxinol no tipo 2.1.7.2 (SANTOS, 2011: 78-79, Est. XX), no Alto da Cidreira (NOLAN, 1988: Est. XI, nº 83 e Est. V, nº 9), em Muge (SANTOS, 2011: 78), e em Beja com a forma VII-A-1 (PINTO, 2003: 316). O diâmetro do bordo varia entre os 14 cm e os 20 cm. A variante B apresenta o bordo voltado para o exterior, mais ou menos espessado, com a pança a apresentar usualmente um perfil ovóide. Distinguímos, à semelhança das panelas, os fundos desta forma em reentrantes e não reentrantes.

As caçarolas/pratos covos estão também bem representadas neste contexto. Mais uma vez, decidimos utilizar esta denominação de forma abrangente, com peças que se dividem funcionalmente entre o serviço de mesa, muitas vezes separados por outros autores em categorias distintas, e a preparação de alimentos ao lume. Distinguímos duas variantes: a A apresenta o bordo voltado para o interior, espessado, de parede recta, oblíqua ou levemente curvada e fundo plano. Esta forma aparenta ter paralelos com a forma de prato 1.1.3.4 da Quinta do Rouxinol (SANTOS, 2011: 57), que por sua vez apresenta paralelos com peças da *villa* romana do Alto da Cidreira (NOLAN, 1988: 155, Est. VIII, n.º 155), na olaria do Pinheiro (MAYET, SILVA, 2009: 88, nºs 22, 24 e 26) e na *villa* romana de São Cucufate, com a forma I-B-3 (PINTO, 2003: 184-186);

A variante B apresenta o bordo direito, por vezes algo voltado para o interior, mas não o suficiente para se integrar na forma A (ver paralelos). Dentro desta tipologia incluem-se dois indivíduos de produção regional, mas que apresentam uma pasta de melhor qualidade do que as restantes peças, que incluímos no grupo de imitação de cerâmica de cozinha africana e de *terra sigillata* clara, nomeadamente da forma Hayes 14 e Hayes 181, esta última com uma

banda cinzenta pintada no bordo, a imitar a pátina do protótipo africano (QUARESMA, 2012: 213).

Consideramos os potinhos como uma forma de mesa, utilizada também como recipiente para beber. A análise apenas macroscópica da pasta destas peças permitiu distinguir uma pasta caulínica, mas que apresenta elementos suficientes para a sua distinção em três subgrupos. Destacamos a presença de duas formas de potinhos: os potinhos de bordo contracurvado e asas verticais, e os potinhos de bordo virado para o exterior, com aba ligeiramente oblíqua e asas também verticais. A primeira variante apresenta paralelos na forma 2.4.3.2 da Quinta do Rouxinol (SANTOS, 2011: 285), enquanto a segunda parece corresponder ao tipo 2.3.9.1 também do Rouxinol (idem:186), presente de igual modo no Alto da Cidreira (NOLEN, 1988. Est. VIII, nº 40), e com paralelo na forma X-B de S. Cucufate (PINTO, 2003: 415-418).

O grupo caulínico A distingue-se por apresentar cor esbranquiçada, aproximando-se das tonalidades beges muito claras. É uma pasta dura e compacta, bastante depurada, com fractura nítida, textura granulosa com alguns vacúolos bem distribuídos. Apresenta poucos ENP's, distinguindo-se raros elementos férricos e quartzíticos, muito rara moscovite e cerâmica moída. Os exemplares deste grupo ostentam ainda uma superfície muito alisada a espátula, e engobe fino de coloração castanho alaranjado a avermelhado, cobrindo sobretudo ambas as superfícies do bordo.

O grupo B é, como já referido anteriormente, bastante semelhante ao grupo A, apresentando mais ENP's, nomeadamente moscovite. Os indivíduos do grupo B não aparentam ter a mesma intensidade de alisamento que o grupo anterior, e o engobe parece cobrir uma maior extensão das peças.

As mesmas morfologias dos vasos em pasta caulínica apresentam-se ainda num outro fabrico regional, de pasta castanho rosada.

Os jarros e bilhas não estão presentes em grande número no contexto. Dois dos exemplares não foram passíveis de serem classificados, uma vez que eram fundos e, portanto, não os conseguimos inserir numa tipologia. Dois outros correspondem a bilhas de bordo trilobado com asa de fita vertical, nervurada.

A cerâmica de armazenamento, nomeadamente os *dolia*, não se encontra bem representada, sendo que apenas foram assinalados 3 fragmentos de bojo, com pasta bastante grosseira. Ainda na cerâmica de ar-

mazenamento incluímos os potes de médias e grandes dimensões, entre os 16 e os 22 cm de diâmetro, que distinguimos dos potes/panelas sobretudo pela sua maior dimensão, que poderão ser interpretados também como *dolia*, uma vez que não se verificam quaisquer vestígios das peças terem ido ao lume. Destacamos um dos indivíduos, com um diâmetro de 22 cm, decorado com um cordão plástico no colo (PPJ/92/36856), que aparenta ser de uma forma relativamente pouco frequente, com paralelos na Quinta do Rouxinol na forma 2.2.4.2 (SANTOS, 2011: Est. XXIII), nas necrópoles do Alto Alentejo (NOLEN, 1985: Est. XLIX, n.º 506), encontrando-se igualmente em S. Cucufate (PINTO, 2003: 346-347). As bacias, multifuncionais, integram-se também nas cerâmicas denominadas de uso higiénico, para satisfação dos cuidados pessoais, de cosmética e lavagens em geral (SANTOS, 2011: 38). Possuímos duas variantes, obtidas a partir da distinção do bordo e da orientação da parede, sendo sempre de bordo em aba voltada para exterior. Uns apresentam bordos voltados para exterior com aba oblíqua, de parede recta, vertical ou oblíqua e perímetro elíptico, e encontram-se também representados nos contextos da Quinta do Rouxinol com o tipo 1.6.4.2 (SANTOS, 2011: 72, Est. XIII). Distinguimos a outra variante pela sua aba arredondada, circular, e bico vertedor. Todavia não discernimos ainda o seu tipo de parede, uma vez que o estado de conservação destas peças ainda não proporcionaram uma conclusão categórica a este respeito.

As tampas ou opérculos são peças de profundidade variável, com a finalidade de cobrir várias morfologias de recipientes, e assemelham-se, por vezes, a pratos. Dois exemplares não têm variante determinada, pois forem identificadas apenas pelas suas pegadeiras discóides. Identificaram-se duas variantes nos exemplares do PPJ: as tampas de bordo direito, ligeiramente boleado, e parede tendencialmente oblíqua, e aquelas também de bordo direito, mas com as paredes horizontais, semelhantes aos tipos 4.1.1 e 4.1.2 da Quinta do Rouxinol (SANTOS, 2011: 101-102. Est. XXXIX).

3.7. Materiais “residuais” (Figura 5)

Os índices de residualidade do contexto são, aparentemente, insignificantes. Se na categoria das “cerâmicas comuns”, ou até nas ânforas, o estado actual dos conhecimentos não autoriza maior descriminação cronológica, ao nível das cerâmicas “finas” a

questão torna-se muito clara: a título demonstrativo, entre 105 fragmentos de *sigillata*, somente dois equivalem a elementos inquestionavelmente remobilizados, no caso um fragmento de fundo de prato em fabrico do grupo de La Graufesenque, e um outro, de taça hispânica, oriunda de Andújar (0,6 %NMI total). Nas mesmas circunstâncias se encontra um fundo em cerâmica de paredes finas itálica da forma Mayet XXIV, tardo-republicana a tibéria (0,3 %NMI total), como uma asa de ânfora de uma Dr.7/11 oriunda do Guadalquivir, mencionada atrás (0,3 %NMI total) (Tabela 1).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto apresentado do Palácio dos Condes de Penafiel representa um contributo valioso para a definição dos *facies* cerâmicos e vítreos olisiponenses, vindo preencher uma lacuna específica no que se refere ao momento representado, a primeira metade do séc. III d.C.

Em relação a este último aspecto, parece demonstrada a elevada fiabilidade da amostra, quer pela sua expressão quantitativa, alta, quer pela homogeneidade demonstrada dos “elementos datantes” (em especial os vidros e as produções de *sigillata* clara e de cerâmica de cozinha), que aliás são sugestivos de um lapso de tempo mais limitado, do primeiro terço do século, o que equivale ao período da dinastia Severa. Os dados transmitem, portanto, uma confiança nas suas bases essenciais (datação e representatividade quantitativa), conferindo deste modo outro significado às inferências que se podem construir sobre o contexto do jardim Palácio dos Condes de Penafiel. Noutro sentido, porém, a investigação recente vem pondo de manifesto que os processos de formação dos contextos são um elemento fundamental da análise, e que no caso específico das cidades, lugares heterotópicos por excelência, são múltiplos os factores que condicionam estes processos, por consequência tornando-se fundações imprescindíveis da análise (PEÑA, 2007; REMOLÁ e ACERO, 2011). Ora, neste sentido, para o demonstrar basta contrastar os números obtidos para as ânforas (8,2%-NMI total) e para o conjunto da *sigillata* e “cerâmica africana de cozinha” (23,24%-NMI total) do contexto «PPJ.Q.15/C.20» com os da escavação do Banco de Portugal, de formação mais alongada no tempo e com outra inserção urbana, onde às centenas de fragmentos em *terra sigillata* e cerâmica africana de

cozinha se contrapõem os 2022 elementos inventariáveis de material anfórico (ROCHA *et al.*, 2013: 1012), para se perceber como o elemento é determinante numa cidade como Lisboa.

No caso presente, e a despeito da manifesta falta de elementos gráficos que o permitam melhor demonstrar, a abertura da estrutura negativa e a sua colmatação equivalem a um processo curto no tempo, leitura que a homogeneidade da composição da amostragem de cerâmicas e vidros vem reforçar.

Em conclusão, neste contexto da primeira metade do séc. III d.C., recorde-se que plausivelmente do período severo, fica patente a pluralidade das importações extra provinciais (Mediterrâneo Central, Gália, Bética e África), onde a actual Tunísia domina em exclusivo as cerâmicas de mesa forâneas, e o comércio oleícola bético se mantém ainda em níveis “aceitáveis”. O que sobressai no contexto do PPJ, contudo, é a vitalidade demonstrada pelas variadas elaborações oleiras regionais (cerâmica comum, lucernas, terracota e ânforas), onde o vinho regional envasado nas ânforas Lusitana 3 merece especial referência (40,7% NMI do total anfórico).

BIBLIOGRAFIA

- BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramiques romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress (col. BAR International Series, n.º 1301).
- DIOGO, António Manuel Dias (1991) – *Relatório Preliminar da Intervenção Arqueológica na Rua das Pedras Negras n.ºs 22-28 (Lisboa)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa (polycopiado).
- HARRIS, Edward. (1991) – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica (col. *Crítica Arqueológica*).
- HAYES, John W. (1972) – *Late roman pottery*. London: The British School at Rome.
- HAYES, John W. (1980) – *A supplement to late roman pottery*. London: The British School at Rome.
- NOLEN, Jeanette (1985) – *A Cerâmica Comum das Necrópoles do Alto Alentejo*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, Jeanette (1988) – “A villa romana do Alto do Cidreira (Cascais) – Os materiais”, in *Conímbriga*, Vol. XXVII. Coimbra: pp. 61-140.
- PEÑA, J. Theodore (2007) – *Roman Pottery in the Archaeological Record*. Oxford: orford University.
- PINTO, Inês Vaz (2003) – *A cerâmica comum das uillae romanas de São Cucufate*. Lisboa: Universidade Lusíada.

QUARESMA, José Carlos (1999) – “Terra Sigillata Africana, Hispânica, Focense Tardia e Cerâmica Africana de Cozinha de Mirobriga (Santiago do Cacém)”, in *Conímbriga*, vol. XXXVIII. Coimbra: pp. 137-200.

QUARESMA, José Carlos (2012) – *Economia Antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga ?)*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (col. *Estudos e Memórias*, n.º4).

QUARESMA, José Carlos; RAPOSO, Jorge. (2016) – Lusitanas 3. In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*.

QUARESMA, José Carlos (no prelo) – “Late contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal)”, in *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard* (Newcastle. 26-27th March 2014). Newcastle: Newcastle University.

REMOLÁ, Josep Anton; ACERO, Jesús (Eds.) (2011) – *La gestión de los Resíduos en Hispania. In memoriam Xavier Dupré Raventós*. Madrid/Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Col. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, vol. LX).

ROCHA, Artur Ferreira; REPREZAS, Jessica Levy; MIGUEZ, João Nuno; INOCÊNCIO, Joana Rosa Correia (2013) – “Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos”, *Arqueologia em Portugal 150 Anos*; Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1011-1018.

RÜTTI, Beat (1991) – *Die römischen gläser von Augst und Kaiseraugst*, vol. II, *Katalog und Tafeln*. Augst: Museen und Archäologie des Kantons Basel-Landschaft (col. *Forschungen in Augst*, 13/2).

SANTOS, Cézer (2011) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, Departamento de História.

SILVA, Rodrigo Banha da (2015) – Duas terracotas femininas romanas do Palácio dos Condes de Penafiel (Lisboa). In: *Estudos e relatórios de Arqueologia Tagana*, nº5, pp. 1-6. Lisboa.

SILVA, Rodrigo Banha da; DE MAN, Adriaan (2012) – “Palácio dos Condes de Penafiel: A significant late antique context from Lisbon”, in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Mértola e Silves: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 397-402.

SILVA, Rodrigo Banha da (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa* (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia). Lisboa: FCSH/UNL (policopiada).

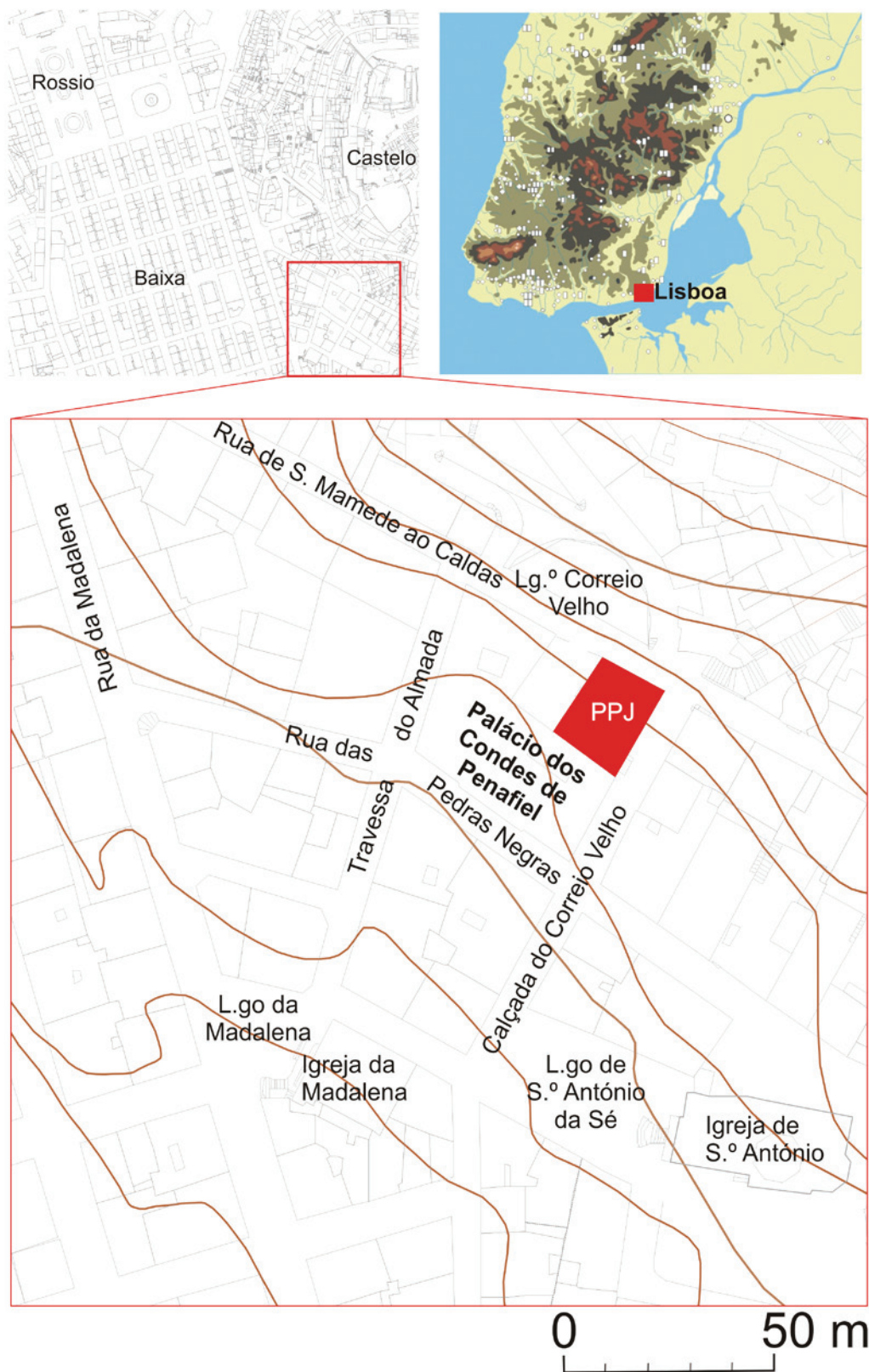


Figura 1 – Localização da escavação de 1992-1993 nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel (Santa Maria Maior, Lisboa).

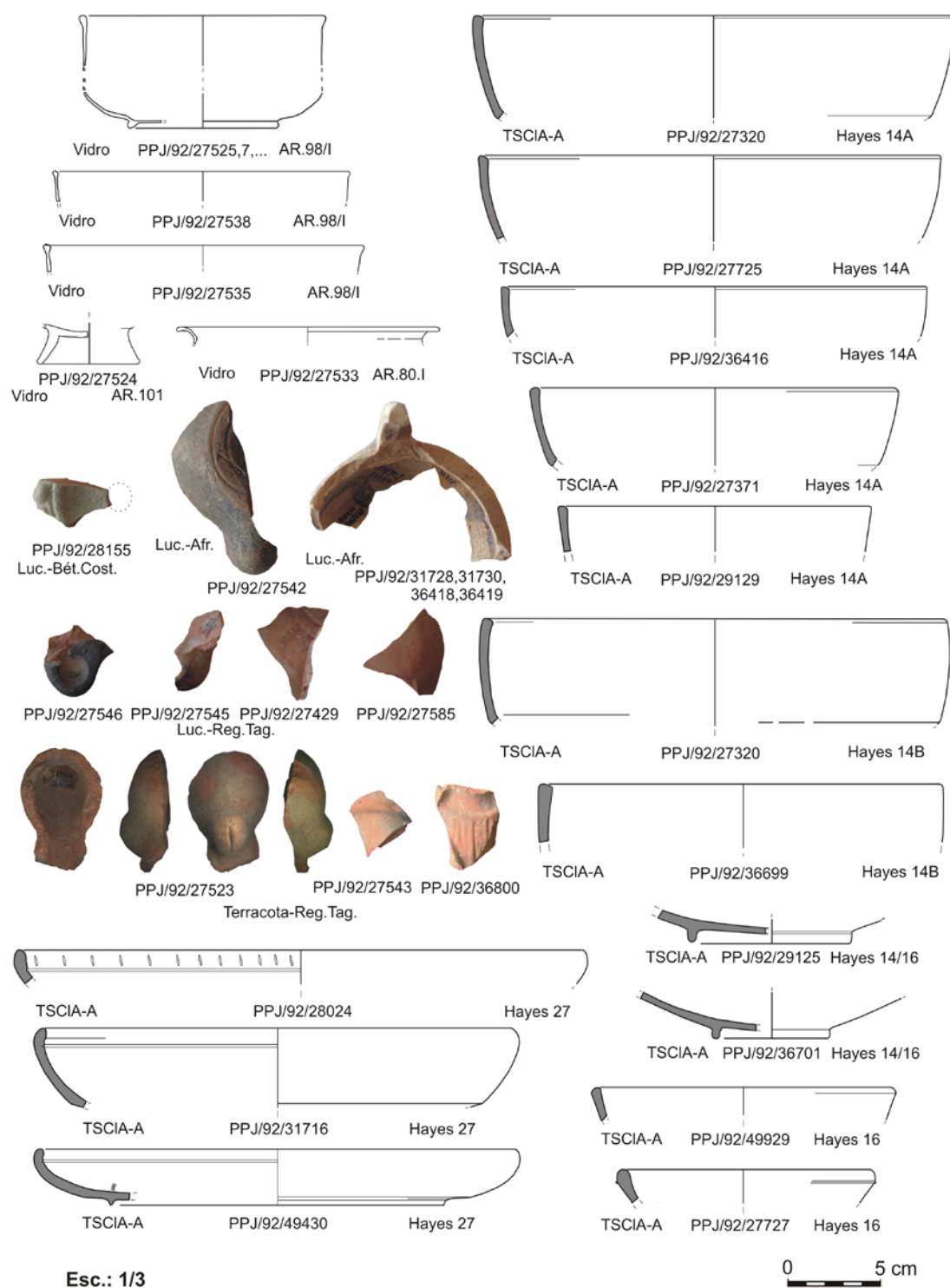


Figura 4 – Vidros, terra sigillata clara africana, lucernas e terracota do contexto «Q.15/cam.20» da I.A.U. nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

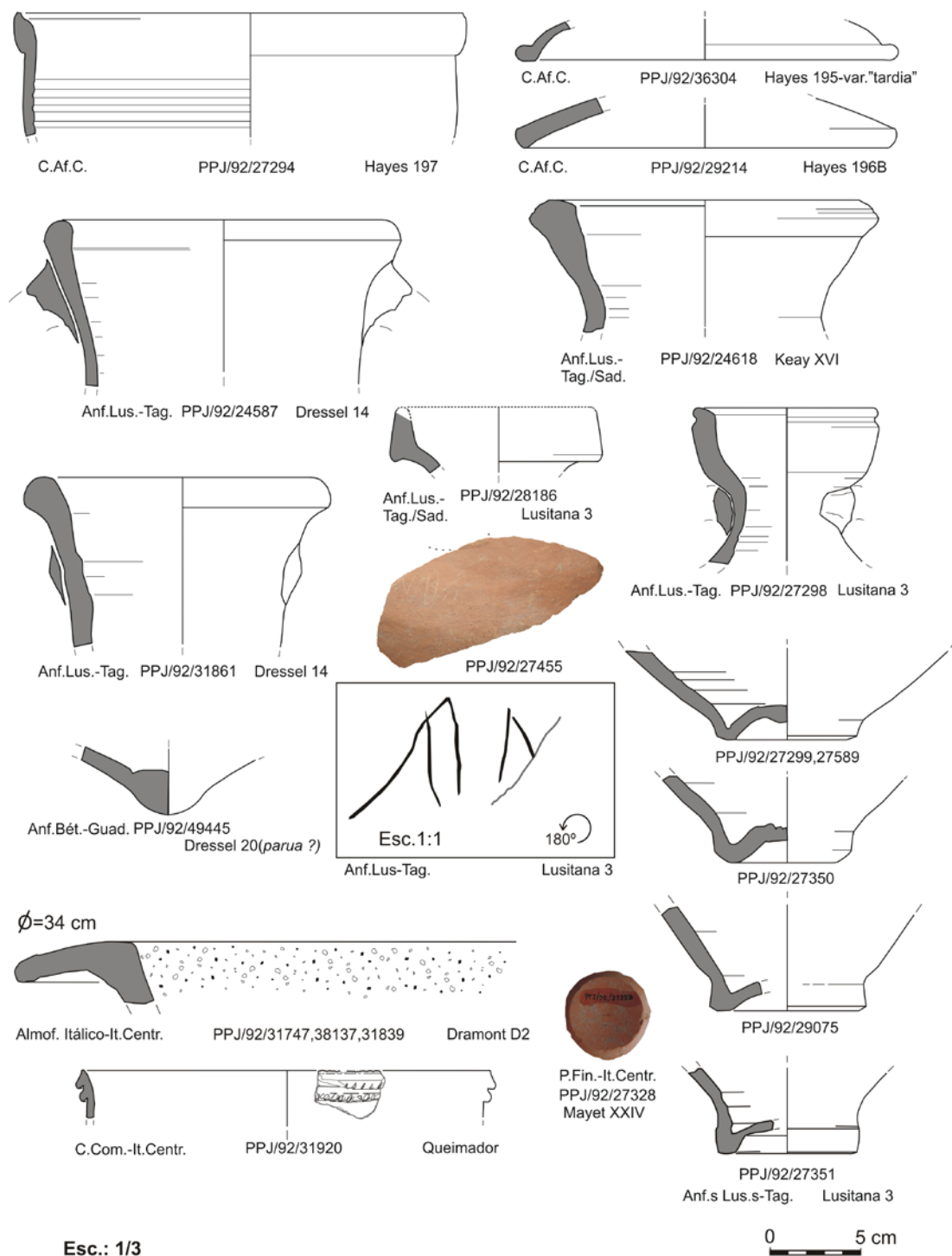


Figura 5 – Cerâmica africana de cozinha, ânforas e cerâmica itálica do contexto «Q.15/cam.20» da I.A.U. nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

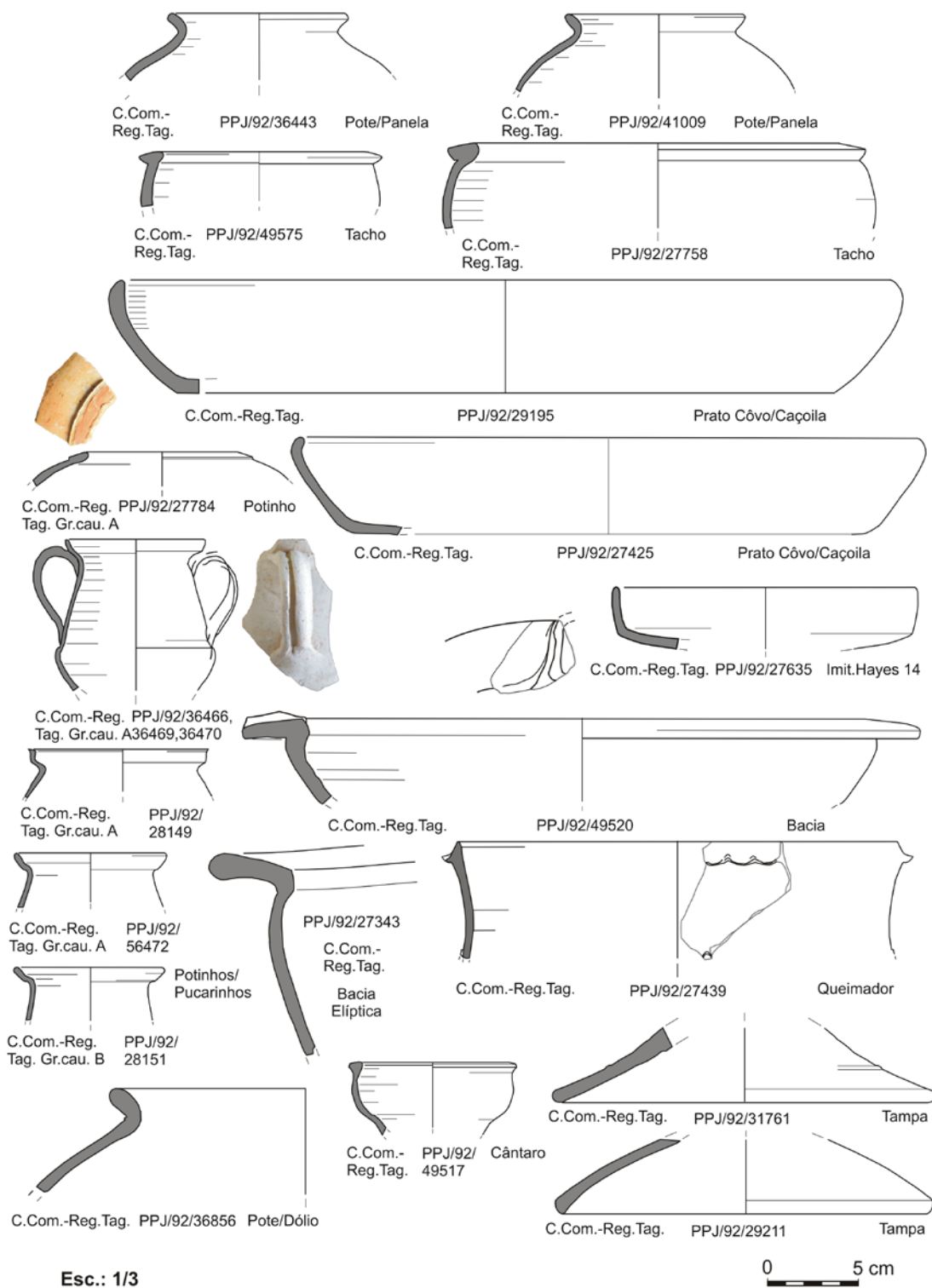


Figura 6 – Cerâmica comum regional tagana do contexto «Q.15/cam.20» da I.A.U. nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

